EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) NO BRASIL: ENTRE A ANÁLISE HISTÓRICA, AS POLÍTICAS PÚBLICAS E A ARTICULAÇÃO ENTRE TEORIA E PRÁTICA NA CIDADE DE SÃO BENEDITO-CE

Introdução

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) constitui uma modalidade de ensino essencial para a garantia do direito à educação no Brasil, especialmente para sujeitos historicamente excluídos dos processos formais de escolarização (SAVIANI, 2011). Inserida no campo das políticas públicas educacionais, a EJA não se restringe à alfabetização tardia, mas representa uma estratégia de reparação social, inclusão e reconhecimento de trajetórias marcadas por desigualdades econômicas, culturais e sociais.

Historicamente, a educação brasileira foi estruturada sob fortes marcas de seletividade e exclusão, refletindo os interesses políticos e econômicos de cada período. Durante longos períodos, o acesso à escolarização esteve associado às elites, enquanto as classes populares permaneceram à margem do sistema educacional (ROMANELLI, 1991). Tal cenário contribuiu para a consolidação de elevados índices de analfabetismo e para a naturalização de desigualdades educacionais.

Ao longo do século XX, diversas campanhas e programas foram implementados com o intuito de combater o analfabetismo e ampliar o acesso à educação, porém, muitos destes foram descontinuados ou apresentaram limitações. A partir dos anos 2000, observa-se a emergência de políticas públicas mais sistematizadas, como o Programa Brasil Alfabetizado e iniciativas voltadas à articulação entre educação básica e formação profissional.

Além disso, estudos apontam transformações significativas no perfil do público atendido pela EJA, especialmente o fenômeno da "juvenilização" (DAYREEL; CARRANO, 2007), evidenciado pelo aumento da presença de sujeitos jovens nessa modalidade. Esse processo revela novas demandas pedagógicas, sociais exigindo da escola práticas educativas mais flexíveis e contextualizadas.

O presente trabalho foi desenvolvido no curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Estadual Vale do Acaraú, no âmbito das disciplinas Educação, Estado e Políticas Públicas e Fundamentos Legais e Estruturais da Educação Brasileira, que, ministradas pelo mesmo professor, procurou, em um de seus trabalhos avaliativos, a realização de uma pesquisa de campo em que fosse, analisadas as trajetórias institucionais, os marcos legais e uma experiência de campo, algo proposto por Rodrigues (2016), como uma "avaliação em profundidade", adaptada a um trabalho de graduação (3º semestre).

A proposta pedagógica da disciplina buscou articular teoria e prática, incentivando a análise de uma política pública educacional a partir de experiências no âmbito da política. Nesse contexto, a EJA foi escolhida por este grupo, compreendendo-a como política pública fundamental para a garantia do direito à educação. Tem-se aqui como objetivo principal analisar a trajetória histórica da Educação de Jovens e Adultos no Brasil, além de discutir o papel das políticas educacionais e compreender os desafios vivenciados na realidade do Centro de Educação de Jovens e Adultos CEJA no município de São Benedito - CE, buscando articular referenciais teóricos as experiências observadas no campo educacional.

Metodologia

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo de abordagem qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, fundamentada em revisão bibliográfica e investigação de campo. Tem-se aqui, como aportes teóricos primordiais: i) o conceito de Rodrigues (2016) de que as avaliações hegemônicas de políticas públicas se utilizam de métodos voltados ao positivismo, o que reduz o campo, muitas vezes, a meras reproduções estatísticas; ii) a percepção, em Oliveira, Alves e Fichter Filho (2022), de que as políticas públicas educacionais passam por processos de traduções quando saem do nível macro para o vivido em cada realidade escolar.

Para esta pesquisa, realizou-se inicialmente um levantamento bibliográfico, com o objetivo de analisar a trajetória da Educação de Jovens e Adultos no Brasil, bem como as políticas públicas direcionadas à modalidade. O referencial teórico foi construído a partir de autores que discutem as políticas públicas educacionais e as especificidades do público e da modalidade, com destaque às contribuições Dayrell e Carrano (2007), no debate acerca da juvenilização da modalidade.

A etapa empírica da pesquisa consistiu na realização de entrevista semiestruturada com o gestor de um Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEJA), localizado no município de São Benedito CE. A participação do gestor na pesquisa, justifica-se pela relevância de sua atuação no contexto institucional, considerando o papel que desempenha na organização das práticas pedagógicas, administrativas e institucionais bem como a interlocução com as políticas públicas no contexto escolar. A investigação teve como objetivos: analisar os desafios enfrentados pela modalidade no contexto local, compreender o perfil dos estudantes e identificar as percepções da gestão acerca das políticas públicas voltadas para a Educação de Jovens e Adultos.

Resultados e Discussão

A análise dos dados produzidos no contexto empírico evidencia aspectos relevantes acerca da organização e das especificidades da Educação de Jovens e Adultos no município de São Benedito CE. O *lócus* da pesquisa, chamado CEJA Prof. Expedito Fernandes Mendes, constitui espaço significativo para a compreensão das dinâmicas institucionais, pedagógicas e sociais que atravessam a modalidade.

A análise dos resultados permitirá uma compreensão mais ampla das especificidades da EJA em São Benedito, contribuindo para o fortalecimento das políticas públicas externas para essa modalidade e para a formação de um corpo docente capacitado para atender às necessidades dos alunos, que muitas vezes trazem consigo histórias de vida marcadas por desafios e superações. Assim, espera-se que esta pesquisa possa servir como um subsídio para a melhoria da qualidade da educação oferecida aos jovens e adultos, promovendo uma educação mais inclusiva e transformadora no seu papel de inclusão e transformação, contribuindo para um futuro mais justo e igualitário para todos.

Segundo o diretor, é fundamental compreender as diferenças entre as modalidades de ensino, em especial a EJA, pois seu público é composto por Jovens e Adultos que vêm de contextos de desigualdades sociais, pessoas que tiveram que abdicar de seus estudos porque precisaram trabalhar na infância ou adolescência para ajudar no sustento de suas casas, mulheres que acabaram engravidando na adolescência e não obtiveram um suporte para continuar seus estudos. O gestor apontou também que percebe na EJA vem aumentando a quantidade de jovens e uma paulatina diminuição de adultos acima de 30 anos. Isso vem dialogar com as percepções de Dayrell e Carrano (2007), que apontam uma crescente juvenilização na modalidade, que era tradicionalmente composta, quase generalizadamente, por adultos; dizem os autores:

> A Educação de Jovens e Adultos vem sofrendo mudanças no seu quadro de vagas. No decorrer das últimas décadas, o aumento do número de matrículas preenchidas por sujeitos jovens é evidente em todos os estados brasileiros, e a juvenilização é uma realidade, o número de adultos frequentadores diminui a cada ano, fato mais evidente na educação fundamental. (DAYRELL; CARRANO 2007)

A EJA presencial segue os moldes do ensino regular, com turmas formadas por etapas de ensino fundamental e ensino médio, organizadas por bimestres. Já a modalidade semipresencial, conhecida como CEJA (Centro de Educação de Jovens e Adultos), que foi onde a entrevista aconteceu, adota um modelo modular, no qual os alunos estudam em casa e comparecem presencialmente apenas para orientação pedagógica e realização de avaliações. É dividido por segmentos: o primeiro (anos iniciais), o segundo (anos finais do fundamental) e o terceiro (ensino médio). A obrigatoriedade legal do ensino médio cabe à Secretaria de Educação do Estado do Ceará, enquanto as Secretarias Municipais de Educação ficam responsáveis pelo ensino fundamental. Entretanto, o CEJA em questão é mantido pelo poder municipal, o que o torna um caso singular dentro do Estado do Ceará.

O modelo modular permite ao aluno retirar materiais por disciplina, realizar o estudo domiciliar, e retornar à escola para as avaliações, com direito a reavaliação, caso não atinja a média mínima (6,0). A escola também oferece apoio pedagógico presencial, com professores das diferentes áreas do conhecimento, garantindo atendimento individual ou em pequenos grupos, conforme a demanda. Um aspecto fortemente enfatizado na entrevista foi a adequação do material didático à realidade dos estudantes. O diretor destacou que a maioria dos alunos do CEJA possui mais de 30 anos, havendo casos de alunos com mais de 60 anos. Há também um número significativo de estudantes em situação de vulnerabilidade social, incluindo ex-detentos e vítimas de violência. Esses fatores demandam uma abordagem pedagógica diferenciada, voltada à reintegração social e à superação de desigualdades.

Sobre os principais desafios enfrentados pela escola, o diretor apontou a evasão escolar como o mais preocupante. Muitos estudantes abandonam os estudos, mesmo com políticas de incentivo, como o programa Pé-de-Meia. O perfil dos alunos é marcado por histórias de trabalho precoce, maternidade na adolescência, migração, e outras situações que dificultaram a continuidade dos estudos. Em muitos casos, os alunos retornam anos depois da evasão escolar do próprio CEJA, sendo comum encontrar matrículas com mais de 10 anos de duração.

Outro obstáculo relatado diz respeito à falta de financiamento adequado. Apesar de ser mantido pelo município, o CEJA não gera verbas proporcionais ao número de alunos matriculados, o que impede o recebimento de recursos como merenda escolar e outras verbas destinadas a escolas regulares. Ainda assim, a escola consegue se manter com recursos próprios e apoios pontuais, promovendo melhorias estruturais e oferecendo suporte aos estudantes. O diretor também ressaltou a importância da EJA enquanto política pública transformadora. Muitos ex-alunos da instituição tornaram-se profissionais de destaque, como médicos, advogados, professores, diretores e até o atual vice-prefeito do município. A EJA, nesse sentido, atua não apenas como política de acesso à escolarização, mas como ferramenta de transformação individual, social e até mesmo política.

Em sua fala final, o diretor expressou preocupação com a desvalorização da EJA nas políticas públicas atuais. Programas antes existentes foram descontinuados, o que afeta diretamente o funcionamento das turmas. Ainda assim, ele acredita que a EJA não deve acabar por abandono do Estado, mas sim como resultado de uma sociedade plenamente educada, na qual todos tenham acesso à educação na idade apropriada.

Dialogando com os autores citados acima, pode-se notar que a EJA é percebida, pelo sujeito que a vivencia como professor gestor no cenário observado, como se estivesse em uma espécie vácuo institucional, em que as garantias orçamentárias não são as mesmas das escolas "regulares", mas com desafios possivelmente ainda maiores, vista a diversidade de público, tanto em trajetória quanto em idades. Vê-se que a compreensão do gestor da unidade não coaduna com a da gestão superior, um processo de compreensão da política pública em nível micro que difere e foge de avaliações mais tradicionais.

Ressalta-se, ainda, que tal situação leva o sujeito à compreensão de que a EJA sofre de um certo preconceito. Em um Estado que manifestamente se dedica tanto às avaliações em larga escala, o gestor pode sentir que a EJA não receba tanto destaque, justamente porque seus resultados são mais subjetivos e distantes daquilo que as avaliações mais hegemônicas trazem.

Conclusões

A análise desenvolvida evidencia que a Educação de Jovens e Adultos constitui uma política pública de elevada relevância social, especialmente por atender sujeitos com trajetórias educacionais marcadas por exclusão e interrupções escolares. A investigação realizada no contexto do CEJA de São Benedito-CE demonstra que a modalidade desempenha papel fundamental na ampliação das oportunidades educacionais e na garantia do direito à educação. Os dados analisados indicam que o público atendido apresenta características heterogêneas, refletindo múltiplas experiências de vida e diferentes condições sociais. Observa-se que o fenômeno da juvenilização se manifesta de forma significativa, evidenciando transformações no perfil dos estudantes e novas demandas pedagógicas. O estudo revela a persistência de desafios estruturais relacionados à evasão escolar, ao financiamento e à efetivação das políticas públicas educacionais. Compreende-se que tais desafios se articulam a fatores sociais mais amplos, que impactam diretamente o percurso formativo dos educandos. Conclui-se que o fortalecimento das políticas públicas e das condições institucionais da EJA mostra-se indispensável para a consolidação de uma educação mais inclusiva e socialmente referenciada.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos; Políticas Públicas; Desigualdades Educacionais; Juvenilização.

Referências Bibliográficas

DAYRELL, Juarez. **A escola "faz" as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil.** Educ. Soc., Campinas, vol. 28, n. 100 - Espe cial, p.1105-1128, 2007.

OLIVEIRA, Breynner; ALVES, Maria Michele; FICHTER FILHO, Gustavo. Contextos e trajetórias para a análise de políticas públicas: aportes teóricos para o campo da educação. **RIAEE – Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 17, n. esp. 3, p. 2095-2117, nov. 2022

RODRIGUES, Lea C. Método experiencial e avaliação em profundidade: novas perspectivas em políticas públicas. **Desenvolvimento em Debate.** v.4, n.1, p.103-115, 2016

ROMANELI, Otaíza. **História da Educação no Brasil.** Petrópolis, Editora Vozes, 1991.

SAVIANI, Demerval. **História das ideias pedagógicas no Brasil.** Campinas, SP: Autores Associados, 2011.